

O SUJEITO DESCENTRADO NAS *MEMÓRIAS DO CÁRCERE*, DE GRACILIANO RAMOS

João da Silva RIBEIRO NETO¹

RESUMO: Este ensaio desenvolve um estudo da constituição do sujeito da narrativa nas *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Defende a presença de um sujeito da narração descentrado, atravessado pelo inconsciente e pelo outro, de acordo com a teoria psicanalítica do sujeito exposta por Joel Birman. Analisa algumas passagens em que se observa este fenômeno, numa narrativa marcada por um sujeito deslocado do seu espaço geográfico, Alagoas, para o espaço geográfico estranho do Rio de Janeiro; deslocado do seu espaço familiar e de trabalho na Diretoria de Ensino de Alagoas, para o espaço de confinamento de prisões improvisadas; deslocado de um contexto de rotina e previsibilidade para um contexto de total imprevisibilidade; de um espaço partilhado por pessoas conhecidas e familiares para um espaço partilhado por pessoas desconhecidas e estranhas.

Palavras-chave: Sujeito; Descentramento; Narrativa; Memórias; Outro.

RESUMÉ: Cet essai développe un étude de la constitution du sujet du récit dans les *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Il expose une analyse de la présence d'un sujet décentré, comme narrateur de ces mémoires, en accord avec la théorie psychanalytique du sujet de Freud, faite par Joel Birman. Cet texte analyse quelques passages dans lesquelles on observe ce phénomène, dans un récit écrit par un sujet déplacé de son espace géographique, Alagoas, pour un autre, étrange pour lui, celui du Rio de Janeiro; déplacé de son espace de famille et de travail, dans le Département de l'Enseignement de l'État d'Alagoas, pour un espace de confinement, de prisons improvisées; déplacé d'un contexte de routine et prévisibilité pour un autre de complète imprévisibilité; d'un espace partagé par des personnes connues e familières pour un autre partagé par des gens inconnues et étrangères.

Mots-clés: Sujet; Décentrement; Récit; Mémoires; Autre.

1. Introdução

Graciliano Ramos, ao estabelecer o pacto autobiográfico (cf. Philippe Lejeune) com o leitor, no capítulo inicial de suas “memórias do cárcere”, elabora uma argumentação, que pressupõe um leitor conhecedor dos acontecimentos do contexto em que ocorreu sua prisão, para o qual ele vai relatar aquilo que aconteceu “lá dentro”. O narrador constrói uma relação com o leitor: menciona-o, pensa na sua reação, em como receberá a sua mensagem. O texto se estrutura internamente através da pressuposição dessa relação narrador-leitor, que vai se desenvolvendo continuamente ao longo de todo o texto. Antecipa-se às possíveis leituras desse leitor pressuposto e não apenas na escritura do narrador, a das memórias. Ele fala para um leitor culto, conhecedor dos fatos históricos, politizado, que tinha vivido o período

¹ Doutorando no programa de pós-graduação da UNICAMP, no IEL, em Teoria e Crítica Literária. Ingressou em 2009.

ditatorial do Estado Novo, não apenas vivido, mas vivido com a consciência de que vivia numa ditadura, com uma consciência política que a maioria das pessoas não tem.

A redação das *Memórias do Cárcere* só começa dez anos depois de Graciliano ter saído da prisão, no ano em que a ditadura cai e começa um período de relativa liberdade política e de expressão. Essa relação estabelecida de início com o leitor é uma preocupação de quem busca um depoimento *verdadeiro*. Sua argumentação pressupõe um interlocutor que quer saber a *verdade* daqueles acontecimentos, vividos dentro dos muros da prisão, muros que *ocultam*. Muros, atrás dos quais ocorreram acontecimentos sabidos apenas por quem os viveu. Dessa experiência, muitos relatos se fizeram, mas o de Graciliano era especialmente exigido tanto como “tarefa” política, ele já era militante do Partido Comunista do Brasil (a presença dessa exigência subjaz aos significados pressupostos da sua argumentação), mas também porque ele era um escritor de prestígio. A primeira dimensão de *verdade* deste depoimento fundamenta-se neste prestígio de escritor. Aquilo que os muros tinham escondido poderia ser desvendado pelo relato de quem “esteve” lá, mas não apenas devido a esse aval da experiência. O aval provém também do crédito de confiança no narrador.

Neste texto inicial, Graciliano esboça também a dificuldade de produzir esse texto *verdadeiro*. Ele argumenta com a pressuposição da imprecisão do relato que vai fazer, iniciado dez anos depois dos fatos ocorridos, primeiro sinal da presença de algo em sua abordagem, que estaria fora do seu controle, como primeiro sinal da *entrada* em cena de um sujeito que não era ele mesmo, ou, pelo menos aquele que ele pensava que era ou estava constituído como sendo *quem* ele era.

Essa sutil presença de descentramento vai se manifestar de diversas maneiras, ao longo do seu longo livro, aparecendo especialmente na tentativa de entender algumas personagens e alguns comportamentos: o comportamento do capitão que lhe entrega a correspondência que deve ser censurada, o do capitão Lobo, que lhe empresta dinheiro, mesmo sendo seu inimigo, o seu próprio comportamento num episódio que tem a presença enigmática do tenente Agildo Barata, a sua repugnância sem controle contra os faxinas homossexuais da prisão, a decifração do enigma dos bandidos conhecidos na ilha Grande, Gaúcho e Cubano, que tinham uma ética *estranha*. Eram personagens contraditórios, que eram e não eram bandidos, que, de perto, tinham comportamento *estranho*, de pessoas normais, que não eram. Eram o que eram e também o seu contrário.

Na enumeração dos motivos que o fizeram hesitar por tanto tempo em escrever as memórias, dez anos, estão quase só motivos subjetivos ou éticos: “matéria superior às

minhas forças”, “afligiu-me jogar no papel criaturas vivas”, “teria eu o direito de utilizá-las em histórias presumivelmente verdadeiras?”. Ao enumerar os motivos que o levam, agora, a escrever, afirma que durante esses dez anos (anos do Estado Novo, da Segunda Guerra Mundial), “na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando”. Começar a escrever é também recomeçar a viver. “Alguns reclamam a tarefa” e essa demanda contextual “dos outros” faz com que ele não tenha mais medo de omitir “acontecimentos essenciais” nem de ampliar “insignificâncias”. Este narrador não tem mais a presunção de dizer a verdade, crendo mesmo que “foi bom privar-me desse material”, que eram as notas que havia feito na prisão e que perdera. Termina por afirmar que “as coisas verdadeiras podem não ser verossímeis” e situa nesta dimensão o relato que vai fazer, uma dimensão que é a da ficção, não tendo nenhum receio de fazer um relato que possa ser contestado por outros relatos, contexto no qual situa o seu, relativizando ao máximo a pressuposição de que o relato da “testemunha ocular da história” possa ser tomada como verdadeira. Está dito que “ter perdido as anotações” foi bom. A narração será feita com o material exclusivo da memória. Um grande escritor relata sua experiência, fundamentando-se exclusivamente na memória, buscando ser verossímil e não verdadeiro: estamos muito próximos da ficção.

Este narrador das *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, é um narrador fragmentado de saída, que está no centro porque narra, mas que está fora do centro também porque põe sob suspeita tudo o que relata, isto é posiciona-se do lado de lá, do lado do outro. “Desgosta-me usar a primeira pessoa”; “...não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário”; “esgueirar-me-ei para os cantos obscuros”.

2. O sujeito descentrado na psicanálise

O descentramento do sujeito na psicanálise está muito bem caracterizado em um ensaio de Joel Birman², que tomaremos como referência, no qual ele lembra um texto de Freud em que a psicanálise é caracterizada como a “terceira grande ‘ferida narcísica’ da humanidade”, “devido ao descentramento do psiquismo da consciência e do eu para o registro do inconsciente.” (p. 19). As outras feridas seriam a teoria heliocêntrica de Copérnico e a teoria evolucionista de Darwin.

Birman lembra que Freud já identificara no campo experimental da ciência de seu tempo a constatação da perda de unidade do sujeito, no plano da consciência. O sujeito

² BIRMAN, J. O sujeito no discurso freudiano. In.: *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: Editora 34, 1996, pp. 15-41.

estaria impedido de realizar ações conseqüentes nas suas relações com o mundo, como corolário desta descoberta. A inovação freudiana seria a concepção de um psiquismo inconsciente, fora do registro da consciência.

O ser do psíquico não estaria nos registros do eu e da consciência, mas no seu descentramento. Este, por sua vez, contém três suportes, que seriam, no nível da representação, o descentramento na direção do inconsciente e do outro, e fora da representação, o descentramento do eu e do inconsciente para as pulsões.

Para Freud há descontinuidade da consciência, que se configura como lacunar, cujas lacunas são atravessadas pelo inconsciente, que se apresenta de maneira episódica, através do que ele chama de “formações do inconsciente”: o sonho, o lapso, o sintoma. No relato de Graciliano, são inúmeros os eventos de estranhamento. É um discurso que busca a lógica, a coerência, a consciência, interrompido por perguntas que desmontam a coerência e a lógica. Ele é surpreendido pelo que ele mesmo faz, passando então a tentar desvendar inutilmente, por meio de um raciocínio tortuoso, o sentido do que fez: a briga com os militares por causa da sobremesa de banana; o ato impulsivo de jogar o prato de comida, automaticamente, a partir de uma ordem de Agildo Ribeiro; o enfrentamento quixotesco do todo poderoso general Newton Cavalcanti, no quartel do Recife. A reflexão contínua, produzida após esses atos, situa a narrativa destas memórias num plano de busca de sentido, que lhe dá uma dimensão hermenêutica, na qual se situa a interpretação psicanalítica.

Para nossa argumentação, utilizaremos as possibilidades que se apresentam, a partir da representação presente no texto de Graciliano Ramos, de um sujeito descentrado. Nele, buscaremos as manifestações do inconsciente e do outro. A intersubjetividade realiza-se aqui, precisamente, pela intervenção da minha subjetividade na relação com o texto. Eu, como leitor, como receptor da mensagem, mas também pela presença no texto de todos os sinais que antecipam a manifestação do outro, dentro da representação, isto é, os personagens que intrigam o narrador das memórias, e o leitor subentendido desde o primeiro capítulo, com o qual o narrador estabelece um pacto que não tem a pretensão de cingir dentro do campo da consciência tudo o que será escrito a partir daí. Isto, na expectativa de que, como quer Birman “essa opacidade se desvende no campo da transferência, isto é, num espaço eminentemente intersubjetivo” (Birman, 1994, p. 15).

3. O sujeito descentrado na obra de Graciliano

Se a verdade é latente e não se manifesta, isso implica formular que existe um enigma na individualidade, pois esta não se manifesta na sua transparência. Enunciar que a

individualidade é enigmática implica o reconhecimento de sua opacidade radical.
(Birman, 1994, p. 15)

Graciliano Ramos tem a imagem de um escritor “engajado” politicamente. Foi militante do Partido Comunista do Brasil desde a maturidade, por volta dos cinquenta anos, até a morte, que ocorreu dez anos depois, quando tinha sessenta anos. Tem a imagem de um escritor “social”, por ter pertencido ao grupo de romancistas regionalistas nordestinos da década de 30. José Lins do Rego foi um dos seus amigos, assim como Raquel de Queiroz e Jorge Amado. Graciliano não deixa de ter essas características, mas é mais que isso. É um escritor reconhecido pela grande qualidade estética de suas obras, e muito especialmente pela qualidade extraordinária do seu texto. Seu estilo tem características inovadoras demonstradas por inúmeros estudiosos entre os quais o crítico português Fernando Alves Cristóvão³.

Fora esses atributos, e inserido no contexto deles, Graciliano é um escritor cujas narrativas contêm uma dimensão psicológica ainda insuficientemente estudada embora reconhecida, de que se destaca especialmente o romance *Angústia*, narrativa de atmosfera dostoievskiana, na observação de Álvaro Lins, em que os acontecimentos se passam quase totalmente na mente do personagem narrador, num clima noturno de pesadelo, escrito com uma qualidade que faz muitos críticos considerarem este livro como a sua obra-prima. A qualidade “psicológica” deste romance, todavia, não é exclusiva dele. Todas as narrativas de Graciliano podem ser abordadas dessa perspectiva, contendo aspectos inovadores como a da “dimensão interior” dos personagens de *Vidas Secas*, trabalhadores rurais pobres, antes representados apenas na sua dimensão “exterior” de pobres sem *alma*, sem vida interior, e que são representados por Graciliano Ramos como seres tão complexos psicologicamente quanto os personagens de classe média de Machado, de Clarice, do próprio Graciliano em *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*. Fabiano é tão complexo quanto algumas empregadas de Clarice, especialmente Macabéa. Há um parentesco entre Fabiano e Macabéa, já apontado pela crítica.

Tanto o Luís da Silva de *Angústia* quanto o Paulo Honório de *São Bernardo* são narradores e personagens caracterizados por uma identidade fragmentada. Luís da Silva confunde realidade com imaginação, tempo presente com tempo passado, com um comportamento próxima da paranóia, tanto se sente perseguido mentalmente pela imagem deformada de Julião Tavares. Paulo Honório, que parece ter controle absoluto de sua vida e

³ Fernando Alves Cristóvão. *Graciliano Ramos: Estrutura e valores de um modo de narrar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Brasília/Rio, 1977.

dos outros *desinteira-se*, quando Madalena se mata. Após a morte de Madalena, o mundo exterior se esfarela, como decorrência do esfarelamento de sua integridade psicológica.

Minha proposta é a de analisar o sujeito em situações de “estranhamento”, quase sempre identificadas por um comportamento estranho do outro, e que identificariam a presença do sujeito oblíquo, do sujeito atravessado pelo inconsciente.

4. O sujeito descentrado nas *Memórias*

O narrador das *Memórias* encontra-se descentrado como ponto de partida. Estas memórias iniciam-se com uma prisão que se caracteriza por si mesma como um trauma. É um ato de violência política que se concretiza como uma ruptura na vida cotidiana do narrador: é retirado do seu meio ambiente social familiar e do trabalho. É retirado do convívio social de rotina e inserido num contexto em que a rotina não existe. Desde o momento da prisão instaura-se uma situação de imprevisibilidade permanente, uma prisão fora de um contexto de legalidade jurídica. É preso sem mandado judicial, sem acusação formal. Desde o início, o narrador situa-se diante do imprevisível. Os sinais de estranhamento vão se configurando página por página, acontecimento por acontecimento, personagem por personagem. O narrador narra e reflete, pergunta e tenta responder, sem conseguir. Tudo o que se segue caracteriza-se mais como um contexto de fantasmagoria do que de realidade.

A prisão em Maceió, a transferência para um quartel do Recife, a viagem no porão do navio *Manaus*, de Recife para o Rio de Janeiro, a passagem por uma prisão política improvisada, o Pavilhão dos Primários, no Rio, a transferência para uma prisão de presos comuns, na Ilha Grande, em Angra dos Reis, a volta para o Rio, agora na Sala da Capela e a soltura sem nenhuma explicação, sem um interrogatório, sem uma acusação formal, sem uma ação judicial que desse um significado jurídico ao confinamento arbitrário constitui um roteiro espacial e temporal de passagem por dentro de um pesadelo que durou dez meses, plenos de fatos estranhos, personagens estranhos, no interior do qual o narrador se sente sempre como estrangeiro.

Entre os grupos de personagens que vão passando pela narrativa, três caracterizam de maneira particular o estranhamento: os militares, os ladrões e os homossexuais. Somente os presos civis são como Graciliano: presos sem acusação formal definida, o que não acontece com os outros três grupos, todos enquadrados dentro do sistema de justiça existente, embora, ele mesmo contestável, visto que os militares enquadravam-se numa lei de exceção, a Lei de Segurança Nacional. Os homossexuais eram presos comuns, também eles ladrões ou

homicidas. Estavam presos acusados por delitos previstos no Código Penal. Para os civis, presos políticos como os militares, não havia lei, nem formalidade. Num momento histórico caracterizado como democrático, na vigência de uma constituição legal, a de 1934, feita por uma assembleia constituinte eleita com o voto direto do maior colégio eleitoral que já tinha se constituído na história do país.

A prisão em Maceió, a ida para Recife e os dias de prisão no quartel de Recife já são suficientes para se identificar uma situação em que o narrador não consegue se situar em uma posição de sujeito consciente, dominador da experiência vivenciada. Mostra-se surpreso, atônito, confuso, narrando, descrevendo e refletindo na direção de uma falta de sentido, de caracterização de uma situação de falta de sentido, na qual os personagens mostram-se atravessados pela situação, comportando-se não como sujeitos “conscientes”, mas sim como sujeitos adaptados à nova situação e, portanto, “estranhos”.

As *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos, por serem um texto autobiográfico já se constitui como um texto marcado pela heterogeneidade do sujeito, ou pelo seu descentramento. O narrador é o personagem que é o autor. O narrador debruça-se sobre si mesmo como outro, numa partição que define, diríamos, axiologicamente, o gênero autobiográfico como um gênero de texto marcado pela partição do sujeito entre aquele que narra e aquele que é narrado. O narrador, no presente, debruça-se sobre o personagem, que se situa no passado. Há estruturalmente uma partição entre o presente do narrador e o passado do personagem.

Este distanciamento temporal define-se espacialmente também por uma narrativa feita numa cidade do Rio de Janeiro já familiar ao narrador, onde vivia, em liberdade, por dez anos, narrativa que conta uma história vivida em espaços de confinamento, distribuídos por quatro cidades: Maceió, Recife, Rio de Janeiro (não o da cidade familiar, onde o narrador já vivia há tempos, mas o Rio do presídio onde viveu confinado no passado) e a cidade de Angra dos Reis, onde se situava a prisão da Ilha Grande.

“A prática psicanalítica pretende realizar a decifração de uma verdade singular de uma individualidade” (Birman,1996, p.). Se o relato memorialístico for tomado num contexto psicanalítico de “alguém que fala”, o narrador, e de “alguém que ouve”, o leitor, temos caracterizada a situação de transferência, dentro da qual o enigma da individualidade pode ser desvendado, em que a latência de verdade pode se manifestar. É uma “prática de subjetivação” em que se manifesta o “estatuto desejanter da verdade” (Birman,1996, p.).

O deslocamento do eu para o outro é uma das marcas do descentramento. Estas memórias são uma descrição exaustiva do outro e do enigma do outro.

5. O episódio da correspondência censurada

Começamos pelo episódio da correspondência censurada, ainda na parte inicial do livro. Nos capítulos 14 e 15 da primeira parte, “Viagens”, Graciliano narra dois episódios que o deixam aturdido, confuso, dividido, produzindo textos que expõem um eu fragmentado, um sujeito à busca de coerência, de integridade, sem conseguir. Ambos os episódios ocorrem no quartel do Recife, onde esteve confinado por duas semanas, depois de ter sido preso em Maceió, e antes de ser conduzido de navio para o Rio de Janeiro. Ainda atordoado pela prisão absurda e tentando se adaptar com muita dificuldade a ela.

No primeiro, comparece diante de um oficial do exército, um capitão, que lhe entrega uma correspondência. Era uma carta de sua mulher, que ele recolhe fazendo menção de se retirar, quando o capitão lhe estende uma espátula e pede-lhe que a abra.

Obedeci, apresentei-lhe a folha de papel. Tomou-a, virou rapidamente para cima o lado branco, escondendo as letras. Volveu igualmente para o dorso algumas fotografias que se espalharam na mesa e desviou discretamente os olhos:

- Estou satisfeito. Desculpe. É uma formalidade (RAMOS, p. 78).

A reação do narrador é de grande perplexidade, não conseguindo conciliar o ato da censura, institucional, obrigatório, com o comportamento gentil, educado, do indivíduo, e, sobretudo, de negação da censura no cumprimento formal do ato, sem o seu correspondente conteúdo que seria ler a carta, ler o texto que vinha junto com a carta (um conto que Graciliano enviara a Buenos Aires, para ser traduzido e publicado e que recebia de volta, traduzido, e acompanhado de uma carta do responsável pela publicação, Benjamin Garay). O comportamento do capitão é fazer, deliberadamente, saber ao censurado que ele não está sendo censurado, de fato. Esse comportamento expõe uma contradição entre instituição e indivíduo. O indivíduo não cumpre a ordem da instituição e produz no narrador uma longa reflexão no sentido de compreender o que acontecera, de entender essa contradição, prevalecendo ao final um enigma não desvendado. Mais importante nessa reflexão é a paradoxal confissão da manifestação de um desejo, o de que o capitão de fato o censurasse, lendo a correspondência e reconhecesse pela leitura as suas qualidades de escritor ou até mesmo o da sua inocência como acusado de subversão. O desejo narcísico de reconhecimento explode de maneira clara e é censurado como manifestação indigna, anti-ética, mas que está lá, olhando-o ostensivamente. Na sequência, surge a reflexão sobre a possibilidade do medo, terminando pela constatação “dolorosa” de que só resta a

“incerteza”, pois não sabe se diante do perigo reagirá “como um sujeito decente” ou sucumbirá, “trêmulo e acanalhado”.

Quase me agastava por não ter o homem visto o recado de minha mulher, olhado as caras distantes que ela me enviava pelo correio. Nenhum dano me causaria tomarem conhecimento de algumas páginas destinadas a jornal ou revista de Buenos Aires. Talvez houvesse uma inconfessável e besta vaidade nisso, talvez o desejo pusilânime de mostrar que ali nada havia de comprometedor. Não tive, porém consciência de semelhantes baixezas e menciono-as como possibilidades. Sei lá o que se passava no meu interior? Difícil sermos imparciais em casos desse gênero; naturalmente propendemos a justificar-nos, e é o exame do procedimento alheio que às vezes revela nossas misérias íntimas, nos faz querer afastar-nos de nós mesmos, desgostosos, nos incita à correção aparente. Na verdade, vigiando-me sem cessar, livrava-me de exibir sentimentos indignos. Afirmaria, porém que eles não existiam? Tudo lá dentro é confuso, ambíguo, contraditório, só os atos nos evidenciam, e surpreendemo-nos, quando menos esperamos, fazendo coisas e dizendo palavras que nos horrorizam. De fato, ainda não me assaltara o medo, faltava razão para isto; vinha-me, porém, às vezes, o receio de experimentá-lo. Sensação angustiada e absurda: medo de sentir medo. Aparentemente, nada nos ameaça, estamos calmos; súbito nos chega uma inquietação que nos domina, cresce e nos dá suores frios: - “Se um perigo surgir, de que modo me comportarei? Reagirei como um sujeito decente ou sucumbirei, trêmulo e acanalhado?” Resistimos a essa dolorosa incerteza, fingindo segurança, que realmente conseguimos obter, falamos à toa, largamos opiniões temerárias. Bazófiás.” (p. 79).

A presença do outro faz-se aqui presente de forma clara, a observação do comportamento do outro projeta-se no nosso próprio, como imitação ou como rejeição. A reflexão termina com uma afirmação clara de identificação com o capitão, ou de desejo de que o capitão o desejasse, no sentido de que o quisesse como seu igual, por ser da mesma classe social: “Percebera em mim um sujeito da sua classe, desviado, facilmente conversível, e resolvera ser cortês” (p. 80).

6. O episódio do capitão Lobo

Quando estive preso em Recife, Graciliano teve a atenção de um oficial do exército, que vinha visitá-lo diariamente e procurava conversar com ele. Este oficial era admirador do escritor e o tratava com deferência, tendo dito uma frase que o narrador das memórias retoma algumas vezes: “Respeito as suas idéias. Não concordo com elas, mas respeito-as.” (p. 59).

O narrador descreve o capitão com alguma hostilidade e estranheza:

O gesto rijo martelava a idéia, o olho brilhante, ligeiramente oblíquo, donde parecia desprender-se uma faísca de insensatez, fixava-se na gente, insensível e frio. Devia ser um tormento para criaturas dissimuladas suportar aquela dureza metálica de verruma (p. 55).

Esta descrição olha para esse “outro” que o “reconhece”, que tem deferência para com ele, com uma estranheza de hostilidade: ele é “rijo”, do olho desprende-se uma “faísca de insensatez”, é “insensível, frio”, tinha uma “dureza metálica de verruma”. Aquele que o “reconhece” tem características que não são humanas, rigidez, frieza, dureza metálica, dureza de verruma, que, aliás, corta, fere, embora seja destinada à madeira e não aos homens. São características que o situam, através dessas imagens num campo não-humano, próximo de uma mineralidade, que vai além do animal e do botânico, aspectos mais próximos do humano, porque campos que existem no tempo como o homem. Aquele militar tinha características que o situam fora do tempo, no mundo mineral. Bem distante do humano, com grau de estranheza alto. Ele é um militar, categoria de homens que o narrador destas memórias rejeita ao longo de todo o texto, com passagens em que ocorrem atritos movidos obviamente pelo inconsciente do narrador, atravessado de tal maneira por esse inconsciente, que seu supereu o censura e o faz viver o sofrimento psicológico decorrente do sentimento de culpa, em consequência de ações executadas fora do controle da consciência.

Esse é o outro de Graciliano, aquele que compõem sua identidade caracterizada pelos que o conheceram como a de um homem rude, seco, áspero, duro, imagens semelhantes àquelas que ele descreve no capitão Lobo, o oficial do exército que o “reconhece”, que o respeita, que não concorda com as idéias dele, mas o respeita. Podemos afirmar, como conclusão, que a presença do capitão Lobo o atravessa e o constitui, com toda a sua estranheza, com toda essa dificuldade de entender a razão dessa reverência e admiração.

O auge da estranheza ocorre na véspera do embarque para o Rio de Janeiro, quando o capitão Lobo vem anunciar a partida. O capitão afirma que quer lhe fazer um pedido. O pedido é que aceite um empréstimo, visto que passaria por muitas dificuldades decorrentes de ter sido preso, perdido o emprego, e também de poder vir a ter necessidade de dinheiro para sobreviver na prisão. “Também já estive preso e vivi no exílio: viajei num porão de São Paulo à Europa” (p. 82). A reação de Graciliano é de mal-estar físico “Horrrível mal-estar, o desejo inútil de arrancar do interior qualquer coisa...” (p. 82) e desorientação psicológica,

Frequentemente me surgiam na alma sulcos negros, hiatos, e as idéias se embaralhavam, a fala esmorecia, trôpega; havia agora, porém, espessa névoa e, através dela, muito longe, uma figura confusa a apertar-me rijo a

mão, a desaparecer no alpendre, com certeza julgando-me estúpido e ingrato (p. 82).

O narrador escreve em seguida quatro longas páginas de reflexão sobre aquele oferecimento, não conseguindo nunca encontrar uma lógica que o satisfizesse. Nos parágrafos finais, conclui que aquela é uma manifestação de deserção de sua classe social, que a manifestação de solidariedade com um inimigo comunista só tinha lógica como deserção da burguesia. “Se ele condenava as minhas idéias, sem conhecê-las direito, por que me trazia aquele apoio incoerente? (...) A exceção nos atrapalha. Temos que reformar julgamentos” (p. 86).

7. O tenente Agildo Barata

A cena que vamos resumir passa-se no Pavilhão dos Primários, a primeira prisão pela qual Graciliano passou, assim que chegou do Nordeste ao Rio de Janeiro. Entre os presos estavam os militares que tinham participado da rebelião do 3º Regimento de Infantaria, liderada pelo tenente Agildo Barata, um dos tenentes de mais célebre memória, que também tinha participado da Revolução de 30, e por quem Graciliano não tinha simpatia, por ter sido ameaçado de morte por ele num episódio ocorrido em Maceió, quando Barata comandava um pelotão revolucionário e Graciliano era diretor da Imprensa Oficial de Alagoas.

O episódio tem início logo depois da distribuição do almoço pelos faxinas. Graciliano descreve a comida, de má qualidade: “o alimento se comprimia formando uma pasta onde se misturavam carne, peixe, arroz e batatas esmagadas” (p. 222). A sobremesa era “uma laranja murcha, uma banana preta, meio podre” (p.222). O único talher era uma colher, porque a faca e o garfo eram considerados pela direção da prisão instrumentos perigosos, armas. Em consequência, os presos eram obrigados a comer com uma colher e pegar os alimentos com as mãos. Nesse dia, logo após a distribuição da refeição, Agildo Barata pronunciou um breve discurso e em seguida lançou, do primeiro andar, seu prato de comida no pátio, lá embaixo. Foi imitado quase que automaticamente por todos os presos. Os faxinas limparam o pátio. No dia seguinte, a qualidade da comida tinha melhorado, a direção da prisão passou a distribuir os talheres necessários às refeições.

A obediência automática ao comando de Agildo Barata de todo o grupo de presos, e, especialmente dele mesmo, leva o narrador a se indagar sobre o segredo dessa obediência, dessa ação convicta e imediata, desse poder que Agildo Barata revelava e dessa adesão sem

contestação que ele produzia. São duas indagações: de onde provém essa capacidade de liderança e qual o motivo pelo qual eu agi automaticamente?

A resposta vem através de um longo parágrafo, para o qual parecem ter sido escritas algumas das considerações teóricas de Joel Birman. Nesta passagem, Birman afirma que “Seria o outro pela sua antecipação, que tornaria possível a emergência do eu” (p. 31). O comando de Agildo Barata, naquela circunstância, antecipava o desejo de todo o grupo. Ele, com sua liderança, com seu prestígio, com a aura de herói, que realizara feitos fantásticos na revolta do terceiro regimento, concentra em sua figura simbólica um poder de convencimento poderoso. O grupo realiza seu desejo, neste caso, pela ação do outro. Um ato que antecipa “a emergência do eu”, de cada um dos eus daquele coletivo.

Graciliano, ao raciocinar para tentar explicar aquela ação, parece repetir as ideias expostas por Joel Birman:

Revolvi os miolos indagando a causa do poder tão inesperadamente revelado, julguei enxergar uma clareira no fato obscuro. Segundo imaginei, Agildo conseguia discernir a alma alheia. Individualmente isso não constitui nenhum dom especial. Em convivência prolongada, as caras das pessoas, uma ruga, piscadelas, sobressaltos, lábios contraídos, sorrisos, palidez, rubor, ligeiros sinais quase indistintos, conjugam-se, combinam-se com situações anteriores, oferecem-nos a instantânea percepção de sentimentos e pensamentos. Não se tratava disso. Pareceu-me que o sujeitinho moreno e exíguo possuía a qualidade rara de apreender num instante as disposições coletivas; rancores indeterminados, esperanças, receios, desejos, comprimidos nos subterrâneos das consciências, chegavam-lhe às antenas. Esse radiotelegrafista recebia estranhas comunicações, relacionava-as, concluía, marchava direito a um fim desconcertante: ignorávamos tudo e, surpresos, executávamos ordens, mas isto era tão normal, tão razoável, como se nos dirigíssemos pelas nossas cabeças (p. 224).

Este trecho, que contém qualidades literárias por utilizar imagens que sintetizam muitas idéias, descreve Agildo como um “telegrafista” que “recebia estranhas comunicações”, certamente as manifestações de desejo do “outro”. Era um sujeito que se constituía também a partir do outro, assim como cada um dos presos se constituíram naquele momento pela ação do outro. Outro detalhe importante no raciocínio de Birman é a idéia da antecipação. “Seria o outro pela antecipação, que tornaria possível a emergência do eu”. É um raciocínio que situa a emergência do eu na relação com o outro, e, portanto, numa relação de alteridade.

Portanto, a maior inovação teórica (a partir da elaboração do conceito de narcisismo) é a emergência de um sujeito alteritário se contrapondo a um

sujeito não-alteritário. Enfim, se clivagem e divisão se apresentam ao campo do sujeito, estas se esboçam como a oposição entre um sujeito alteritário e um não-alteritário (p. 31).

Essa passagem permite também que se observe no episódio uma manifestação de identificação entre o grupo e Agildo Barata, mais especificamente a identificação entre Graciliano e Agildo Barata. É um ato que permite observar a presença do outro na constituição do sujeito, mas também a presença da identificação, uma manifestação correlata à outra.

O que evidencia esse conjunto de figuras do sujeito não é apenas a multiplicidade e diversidade de sujeitos no interior do indivíduo, mas também a ênfase de que a produção do sujeito se realiza pelo outro. (...) Esse raciocínio leva a um dos conceitos mais fecundos da leitura freudiana do sujeito: a identificação. O sujeito se constitui no e pelo outro. Agora, é impossível pensar no eu na exclusão do outro (p. 32).

8. Conclusão

As três passagens analisadas são uma amostra da presença do outro na constituição do eu, sendo portanto, passagens que ajudam a elucidar o enigma da constituição do eu descentrado, isto é, do eu atravessado pelo inconsciente e pelo outro, descentrado para o inconsciente e para o outro.

A noção de identificação permite uma análise de várias passagens destas memórias, especialmente aquela em que Graciliano lê, na prisão, a notícia da prisão de Luís Carlos Prestes, confessa sua identificação e faz uma tentativa de entendê-la.

As *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos são um texto de memórias, e, portanto, constituído na sua estrutura pela clivagem entre eu e o outro, a consciência e a inconsciência, pela duplicidade constituída pelo eu do narrador e o eu do narrado, pelo tempo presente da narração e o tempo passado da narrativa. Raquel Rolando Souza, professora do FURG, em texto publicado pela UNESP de Araraquara sobre o livro de Graciliano, afirma:

O narrador autobiográfico, por sua condição excepcional de contador de sua própria aventura, é uma figura que traz plasmada em si mesma a marca da dualidade, através de uma movimentação dialética do *eu* na vivência do Complexo de Narciso. Estão implicadas duas entidades que convivem tensionalmente na busca de uma unidade. Isso se dá na medida em que o autobiográfico se debruça sobre sua imagem especular. O movimento narcisista pressupõe a duplicidade do ser, o *eu* e o *eu-outro*, ou o eu-atual e eu-do-passado, personagem principal do universo diegético que compõe a obra e o narrador que está plantado no tempo do discurso (p. 126-127).

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. O sujeito no discurso freudiano. In.: **Estilo e modernidade em Psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 15-41.

RAMOS, G. **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, 2 v.

SOUZA, R. R. As malhas da ficção no entrecho da História: **Memórias do Cárcere** na constituição do gênero autobiográfico. In: MARCHEZAN, L. G.; TELAROLLI, S. (Org.) **Faces do Narrador**. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2003, p. 125-149.